

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.673 - SP (2019/0011106-0)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **ROCHAMAR AGENCIA MARITIMA S.A**
ADVOGADOS : **JORGE CARDOSO CARUNCHO - SP087946**
 RIVALDO SIMÕES PIMENTA - SP209676
 ALEXANDER CHOI CARUNCHO - SP320977
AGRAVADO : **TEMPERALHO INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E**
 EXPORTAÇÃO LTDA
ADVOGADOS : **AGEU LIBONATI JUNIOR - SP144716**
 ALEX LIBONATI - SP159402

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por ROCHAMAR AGENCIA MARITIMA S.A. contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

AÇÃO DE COBRANÇA. Sobreestadia de contêineres. Sentença. Ação procedente. Apelação. Prazo do 'free time' não considerado. Parte que tem direito, por força do termo celebrado com a autora, aos 21 dias. Não incidência do art. 940 do Código Civil. Ação procedente. Sentença reformada. Ônus de sucumbência imposto à autora. Recurso provido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto no art. 113 do CC.

Alega, em síntese que o acórdão recorrido "confunde-se quanto aos termos expressamente fixado nos instrumentos particulares quanto ao período de *free time* contratados pela ré-recorrida, ademais, ressalta-se que estes termos firmados entre a autora e a sustentam a obrigação de utilizar/pagar e o direito de ceder/receber [...]".

Ressalta que não pretende o reexame de provas, e sim sua reavaliação.

É o relatório. DECIDO.

2. A matéria referente ao art. 113 do CC não foi objeto de discussão no acórdão recorrido, apesar da oposição de embargos de declaração, não se configurando o prequestionamento, o que impossibilita a sua apreciação na via especial (Súmula 282/STF).

Ressalto que o STJ não reconhece o prequestionamento pela simples interposição de embargos de declaração. Persistindo a omissão, é necessária a interposição de recurso especial por afronta ao art. 1.022 do CPC de 2015 (antigo art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sob pena de perseverar o óbice da ausência de prequestionamento.

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

